



GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica Fevereiro de 2024

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em fevereiro de 2024. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Por meio de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano (OPSA) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPSA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

Sumário

Bolívia	2
Brasil	3
Colômbia	7
Equador	8
Guiana	9
Peru.....	11
Suriname	13
Venezuela	14
OTCA	15

Bolívia

Por Marília Closs e Débora Bedim

Em fevereiro de 2024, a Amazônia boliviana foi assolada por fortes chuvas e inundações. Em decorrência destes fenômenos, até o final do mês, cerca de 40 pessoas morreram e 36 mil famílias foram afetadas pelas cheias, que atingiram mais de 100 municípios. A cidade de Cobija, capital do departamento de Pando, foi especialmente atingida. Com o avanço do rio Acre sobre a cidade, mais de 15 bairros foram inundados e mais de 5 mil pessoas tiveram de ser evacuadas de suas casas. Durante toda a segunda quinzena do mês de fevereiro, o departamento ficou sob estado de alerta [1].

Na política externa, Celinda Sosa Lunda, chanceler boliviana, liderou uma visita oficial ao Brasil, na qual esteve acompanhada dos vice-ministros de Relações Exteriores, de Comércio Exterior e Integração e de Gestão Consular e Institucional. Também estiveram na comitiva o ministro de Hidrocarbonetos, Franklin Molina, e o ministro de Desenvolvimento Rural e Terras, Remmy Gonzáles. Durante a viagem, foram assinados dois memorandos de entendimento entre os países. Um deles toca a Amazônia, já que prevê a realização de estudos ligados a mapeamento geológico de algumas regiões fronteiriças, fertilizantes nitrogenados e medidas de facilitação de comércio de insumos. O memorando fala explicitamente na realização de estudos e projetos em Três Lagoas (MS) e Cuiabá (MT), no Brasil; e em Porto Quijarro (Santa Cruz), Uyuni (Potosí), Copaisa (Oruro) e Santivañez (Cochabamba), na Bolívia [2].

Em seguida à divulgação do memorando, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços brasileiro destacou a cooperação em energia e expressou interesse em auxiliar o Estado boliviano na capacitação e na obtenção de recursos para o desenvolvimento de cadeias ligadas ao gás natural, matéria-prima para a produção de nitrogenados [3]. Poucos dias depois da visita, Celinda Sosa declarou que o aprofundamento da relação bilateral é importante para a integração latino-americana e salientou a importância de organizações regionais, inclusive a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) [4].

Em fevereiro, encerrou-se o mandato da boliviana Alexandra Moreira como Secretária-Geral da OTCA, iniciado em 2019. Como homenagem ao período que esteve à frente da organização, Moreira foi presenteada, pelo governo brasileiro, com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, conforme detalhado na seção sobre OTCA deste monitor.

Por fim, ao longo do mês, repercutiram, na Bolívia, declarações da Polícia Antinarcóticos de que traficantes bolivianos que usam rotas na Amazônia boliviana e peruana são de “alto nível”. No mês anterior, autoridades peruanas apreenderam 7,2 toneladas de cocaína em balsas de madeira provenientes da Bolívia [5]. O aumento exponencial do tráfico de ilícitos pela Amazônia é um tema de destaque no país, nos últimos anos, sobretudo com o crescimento da presença de facções e cartéis na floresta. Sobre este tema, nos dias 20 e 21 de fevereiro, foi realizada, em La Paz, a reunião anual do *Programa de Cooperación entre América Latina, el Caribe y la Unión Europea en Materia de Política de Drogas* (COPOLAD). Entre diversos assuntos, a reunião tratou do tráfico de drogas na Amazônia [6].

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.lostiempos.com/actualidad/pais/20240304/preven-mas-lluvias-oriente-cobija-retorna-clases>
- [2] Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/atos-assinados-por-ocasio-da-visita-da-ministra-das-relacoes-exteriores-do-estado-plurinacional-da-bolivia-brasilia-30-de-janeiro-de-2024
- [3] Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2024-01/brasil-e-bolivia-assinam-acordo-para-ampliar-producao-de-fertilizantes>
- [4] Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/02/02/13854/?fbclid=IwAR0oYOWoPcCWE4YxmWCzaatHZu-VaKY3gJtRTtnGWyejQBv1kr-GV114f5A>
- [5] Disponível em: <https://www.lostiempos.com/actualidad/seguridad/20240206/policia-antidroga-peru-dice-que-narcos-bolivia-son-gran-nivel>
- [6] Disponível em: <https://copolad.eu/es/la-reunion-anual-de-copolad-reitera-la-necesidad-de-la-cooperacion-internacional-para-mejorar-las-politicas-de-drogas/>
- [7] Disponível em: <https://otca.org/pt/alexandra-moreira-e-homenageada-com-a-gra-cruz-da-ordem-nacional-do-cruzeiro-do-sul-ao-encerrar-mandato-na-otca/>

Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

Fevereiro de 2024 foi marcado por eventos climáticos extremos e contrastantes na Amazônia brasileira: enquanto o estado de Roraima enfrentou uma seca histórica e incêndios que levaram prefeituras a decretar situação de emergência, o estado do Acre registrou chuvas intensas, que provocaram transbordamento de rios, enchentes, mortes e milhares de desabrigados [1]. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)

registrou um aumento de 286% nos focos de queimadas, na comparação com fevereiro de 2023, sendo o estado de Roraima o que teve maior número de registros [2]. Por outro lado, os alertas de desmatamento na Amazônia diminuíram em 29,7%, se comparado com o mesmo período do ano anterior. Em fevereiro de 2023, cerca de 321,9 km² da floresta amazônica foram desmatadas e, em fevereiro de 2024, esse número foi de 226,2 km². O índice vem sendo utilizado desde 2016 na série histórica do sistema Deter [3].

Na política externa, a agenda de trabalho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva incluiu falas em defesa da floresta amazônica em eventos internacionais. Em 17 de fevereiro, Lula participou da abertura da 37^a Cúpula da União Africana, em Adis Abeba, na Etiópia, como convidado de honra. Em seu discurso, destacou que cuidar da saúde do planeta é uma prioridade de seu governo e que “sem os países em desenvolvimento, não será possível a abertura de um novo ciclo de expansão mundial, que combine crescimento, redução das desigualdades e preservação ambiental, com ampliação das liberdades”. Também afirmou que “o imperativo de proteger as duas maiores florestas tropicais do mundo, a Amazônica e a do Congo, nos torna protagonistas na agenda climática” [4].

Alguns dias depois, em 28 de fevereiro, Lula viajou a Georgetown, capital da Guiana, para participar do encerramento da 46^a Cúpula da Comunidade do Caribe (CARICOM), a convite do bloco. Neste discurso, Lula criticou a insuficiência da arquitetura financeira global para enfrentar a emergência climática e convidou os países que não fazem parte da OTCA a se somarem à declaração “Unidos por Nossas Florestas”, lançada na última cúpula presidencial do bloco amazônico, em agosto de 2023 [5]. Esta declaração reivindica que países desenvolvidos destinem maiores recursos para países em desenvolvimento com florestas tropicais, para executarem ações mais ambiciosas contra as mudanças climáticas e a favor da preservação da biodiversidade. Indonésia, Congo e República Democrática do Congo também são signatários do documento.

Em meio à cúpula da CARICOM, Lula, acompanhado de ministros brasileiros, teve uma reunião com os presidentes da Guiana, Irfaan Ali, e Chan Santoki, do Suriname. A delegação brasileira apresentou o plano “Rotas da Integração Sul-Americana”, uma série de projetos de investimento em logística que o Ministério do Planejamento lançou em dezembro de 2023, e que inclui obras no norte da América do Sul, a fim de aumentar a conectividade e o comércio entre os países amazônicos. Estão previstas ações em portos, aeroportos, hidrovias, ferrovias e rodovias, além do desenvolvimento de sistemas de comunicação, monitoramento e gerenciamento de impacto de desastres naturais [6].

Perguntado pela imprensa se havia tratado da tensão em Essequibo (região amazônica disputada por Guiana e Venezuela) com o presidente guianense durante a reunião, Lula respondeu que o foco da conversa foi desenvolvimento, mas que “o presidente Irfaan sabe, como sabe o presidente Maduro, que o Brasil está disposto a conversar com eles na hora em que for necessário” [7]. Algumas semanas antes, em 4 de fevereiro, o Exército brasileiro anunciou a chegada, em Boa Vista (RR), de 28 veículos blindados, saídos de Campo Grande (MS), para reforçar a segurança na fronteira com a Venezuela e a Guiana, a fim de dissuadir o uso de força militar entre os vizinhos. Segundo o Exército, também haverá 10% de aumento no efetivo de tropas no Comando Militar do Norte e no Comando Militar da Amazônia [8].

Ainda durante a cúpula da CARICOM, Lula se encontrou com Mia Mottley, primeira-ministra de Barbados, que lidera a Iniciativa de Bridgetown, nome em referência à capital da ilha caribenha. A iniciativa inclui propostas de reformas em instituições financeiras globais, como o Banco Mundial e o Fórum Econômico Mundial (FMI), no sentido de estabelecer um novo pacto sobre como os países ricos devem ajudar os países pobres a enfrentar as mudanças climáticas e se adaptar a elas [9].

Por sua vez, o chanceler brasileiro, Mauro Vieira, também deu destaque à agenda ambiental em um evento internacional e ressaltou a conexão entre cooperação global e proteção do meio ambiente, ainda que sem mencionar expressamente a Amazônia. Em 21 de fevereiro, Vieira abriu os trabalhos da primeira reunião entre ministros homólogos do G20 sob a presidência do Brasil, no Rio de Janeiro, e lembrou que o desenvolvimento sustentável, em suas dimensões econômica, social e ambiental, é uma das três prioridades que o país dará às discussões do grupo em 2024, ao lado da reforma da governança global e do combate a fome, pobreza e desigualdade [10].

O Brasil é o único país amazônico que integra o G20. Cabe registrar que um grupo de trabalho específico sobre sustentabilidade ambiental e climática, entre ministros de Meio Ambiente do G20, será conduzido pelo Itamaraty e pelo Ministério de Meio Ambiente e Clima ao longo de 2024. A agenda de discussão terá quatro pontos: 1) adaptação preventiva e emergencial frente a eventos climáticos extremos; 2) pagamentos por serviços: valoração e preservação de serviços ecossistêmicos; 3) oceanos; e 4) resíduos e economia circular. As primeiras reuniões, entre autoridades subministeriais, ocorreram no final de janeiro. Além disso, o G20 terá uma Força-Tarefa para a Mobilização Global contra a Mudança do Clima, que discutirá energia, mitigação e metas

de contribuições nacionais voluntárias, e uma Iniciativa sobre Bioeconomia, duas linhas de trabalho transversais às atividades de vários grupos de trabalho [11].

Por fim, em 1º de fevereiro, Vanessa Grazziotin, ex-senadora pelo Amazonas, tomou posse como diretora executiva da OTCA, após indicação do governo brasileiro ao cargo, o 2º mais alto na linha de comando da organização, após o Secretário-Geral – cargo atualmente vago [12]. Além disso, em 27 de fevereiro, o Fundo Amazônia ganhou um novo doador: o Japão anunciou o depósito de 400 milhões de ienes (cerca de R\$ 13 milhões). O aporte foi anunciado por meio da assinatura de um acordo entre a embaixada do país em Brasília e o BNDES, gestor do fundo. A ação tornou o Japão o 7º país a doar para o fundo, sendo o primeiro localizado na Ásia. Os demais países doadores são Noruega, Alemanha, Reino Unido, Suíça e Estados Unidos [13].

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.estadao.com.br/sustentabilidade/amazonia-de-extremos-por-que-floresta-ve-seca-com-recorde-de-queimadas-e-inundacao-ao-mesmo-tempo/>
- [2] Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/amazonia-tem-alta-de-286-nos-focos-de-queimadas-em-fevereiro>
- [3] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2024/03/alertas-de-desmatamento-na-amazonia-caem-30-em-fevereiro.shtml>.
- [4] Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/discurso-do-presidente-lula-durante-abertura-da-37a-cupula-da-uniao-africana>
- [5] Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/unidos-por-nossas-florestas-2013-comunicado-conjunto-dos-paises-florestais-em-desenvolvimento-em-belem
- [6] Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202402/presidentes-do-brasil-guiana-e-suriname-se-reunem-nao-cupula-em-georgetown>
- [7] Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/por-que-lula-diz-que-nao-debatera-tensao-em-essequibo-com-maduro/>
- [8] Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2024-02/blindados-chegam-roraima-e-reforcam-fronteira-com-venezuela-e-guiana>
- [9] Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/02/presidente-lula-se-reune-com-a-primeira-ministra-de-barbados>
- [10] Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/discurso-do-ministro-mauro-vieira-por-ocasio-da-reuniao-de-ministros-de-relacoes-exteriores-do-g20-2013-rio-de-janeiro-21-de-fevereiro-de-2024
- [11] Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/gt-de-sustentabilidade-ambiental-e-climatica-do-g20-tem-primeira-reuniao-sob-presidencia-brasileira>
- [12] Disponível em: <https://otca.org/pt/novas-diretoras-da-otca-assumem-o-compromisso-com-a-amazonia/>

[13] Disponível em: <https://agenciagov.etc.com.br/noticias/202402/japao-anuncia-doacao-para-o-fundo-amazonia>

Colômbia

Por Isabella Pereira e Júlia Furtado Reis

Ao longo de fevereiro de 2024, os pontos de calor diminuíram na região amazônica da Colômbia em mais de 90%, quando comparado ao ano de 2023, segundo o Instituto Amazônico de Pesquisas Científicas (Sinchi). Apesar do resultado positivo, o período é apenas o início da temporada de maior calor no bioma, que perdura por mais três meses. O motivo da diminuição se deve a uma anomalia climática na região: chuvas em um período de seca, um provável resultado das mudanças climáticas [1].

No plano doméstico, tiveram repercussão os resultados de um terceiro ciclo de diálogos de paz entre o governo colombiano e o Estado Maior Central (EMC) das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), grupo paramilitar que tem atuação na Amazônia [2]. As conversas ocorreram em Bogotá, entre 9 e 18 de janeiro, e contaram com uma agenda de discussão referente a meio ambiente, inédita até então. Como resultado do ciclo, um acordo de seis pontos foi anunciado. O ponto 4 trata da agenda ambiental e afirma que as partes darão “atenção especial aos problemas socioambientais da Amazônia, bem como das demais áreas protegidas do país”. Além disso, as partes prorrogaram o cessar fogo bilateral para 15 de julho de 2024, podendo, ainda, ser estendido. Ademais, foi acordada a suspensão do sequestro com fins extorsivos, além do desenvolvimento de ações humanitárias, tais como a libertação de civis e a realização de corredores humanitários em áreas dominadas pelo grupo paramilitar [3].

Na política externa, as relações entre Colômbia e Peru foram estremecidas em 1º de fevereiro. O motivo envolveu a OTCA, após o governo peruano negar apoio ao candidato colombiano Martín Vonhildebrand para ocupar o cargo de Secretário-Geral. O posto exige aprovação consensual de todos os países membros. A posição do governo peruano foi uma retaliação ao apoio que o presidente Gustavo Petro manifesta ao ex-presidente peruano Pedro Castillo, o qual encontra-se preso após uma tentativa de autogolpe, em 2022. A posição pública de Petro de que o ex-presidente não deveria ter sido preso sem uma condenação com o devido processo legal causa um mal-estar contínuo nas relações com a atual presidente peruana, Dina Boluarte. Como resultado, o cargo de Secretário-Geral da OTCA manteve-se vago em fevereiro [4].

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.elespectador.com/ambiente/amazonas/se-esperaban-incendios-pero-hay-una-anomalia-muy-particular-en-la-amazonia/>
- [2] Disponível em: <https://www.elcolombiano.com/colombia/este-martes-gobierno-y-disidencias-de-las-farc-inician-el-tercer-ciclo-de-dialogos-de-paz-CN23487995>
- [3] Disponível em: <https://www.elespectador.com/colombia-20/paz-y-memoria/que-dice-el-acuerdo-con-la-disidencia-de-farc-de-mordisco-en-el-tercer-ciclo-de-dialogos-con-el-gobierno-petro/>
- [4] Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/02/01/crise-entre-peru-e-colombia-paralisa-organizacao-regional-sobre-amazonia-e-preocupa-governo-lula.ghtml>

Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

No âmbito doméstico, entre o final de janeiro e o início de fevereiro, a *Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales* (FLACSO-Ecuador), com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), deu início ao curso “Desenvolvimento com perspectiva de riscos: conceitos e ferramentas para os governos autônomos descentralizados municipais do Equador”, orientado para a capacitação de representantes de governos locais em temas ambientais [1]. Cerca de 25 funcionários dos Governos Autônomos Descentralizados (GADs) de Quito, Latacunga, Cuenca, Guayaquil, Francisco de Orellana, Rumiñahui, Pichincha e da Secretaria de Gestão de Riscos equatoriana participaram do primeiro encontro, em 26 de janeiro.

O programa do curso, que contará com 8 sessões híbridas, inclui temas como: governança de riscos para a redução de desastres, adaptação à mudança climática, resiliência urbana, gestão da água e desenvolvimento resiliente ao clima. Glenda Calvos, diretora de planejamento da prefeitura de Pichincha, destacou que o curso promoverá a união entre academia, agências de cooperação internacional e políticas públicas no fomento a iniciativas voltadas para o desenvolvimento do Equador. Espera-se que, com o curso, os agentes de prefeituras sejam capazes de incorporar a perspectiva da mudança climática em suas atividades de trabalho [1].

Além disso, na política externa, a especialista em projetos de desenvolvimento, Edith Paredes, assumiu como diretora administrativa da OTCA, em 1º de fevereiro [2]. Paredes foi inicialmente cogitada, pelo antigo governo Lasso, para assumir a diretoria

executiva, em substituição ao diplomata brasileiro Carlos Lazary [3]. O governo equatoriano, no entanto, não conseguiu convencer o governo brasileiro, que apresentou a ex-senadora Vanessa Grazziotin para concorrer ao cargo. Paredes foi, então, indicada para a diretoria administrativa.

A nova diretoria da OTCA foi aprovada por voto unânime dos oito membros da organização, e as nomeadas permanecerão no cargo pelos próximos três anos. Junto a Grazziotin, Paredes prometeu dar continuidade aos trabalhos realizados pela OTCA em prol do desenvolvimento sustentável da região amazônica e agradeceu o apoio recebido. A nomeação de Paredes e Grazziotin reforçou um compromisso da OTCA de promover a equidade de gênero em todos os níveis de sua estrutura organizacional. A organização, entretanto, ainda não elegeu um(a) novo(a) Secretário(a)-Geral.

Referências

[1] Disponível em: <https://otca.org/pt/novas-diretoras-da-otca-assuem-o-compromisso-com-a-amazonia/>

[2] Disponível em: <https://www.undp.org/es/ecuador/noticias/7-gads-e-instituciones-publicas-le-apuestan-la-gestion-de-riesgos-como-parte-del-desarrollo-sostenible-en-ecuador>

[3] Disponível em: <https://www.cancilleria.gob.ec/2023/05/02/ecuador-presenta-la-candidatura-a-la-direccion-ejecutiva-de-la-otca-antes-de-la-visita-del-canciller-brasileo/>

Guiana

Por Guilherme Fritz

Em fevereiro, a Guiana assumiu a presidência do Conselho de Segurança das Nações Unidas e destacou o meio ambiente como tema de debates. A cadeira do país será ocupada pela representante permanente da Guiana nas Nações Unidas, Carolyn Rodrigues-Birkett, ex-ministra das Relações Exteriores e Cooperação Internacional. No dia 13, o presidente Irfaan Ali liderou uma reunião do Conselho e incluiu, na pauta, a crise climática, o desenvolvimento sustentável, a segurança alimentar e a paz no mundo [1] [2]. Esta escolha de temas reflete os desafios que o país enfrenta atualmente para conciliar a produção crescente de petróleo com compromissos ambientais e necessidades econômicas, ao mesmo tempo em que tem de rechaçar a reivindicação de soberania, por parte da Venezuela, de seu território de Essequibo, na região amazônica.

Entre os dias 19 e 22 de fevereiro, foi realizada a *Guyana Energy Conference & Supply Chain Expo* na capital do país, Georgetown. O evento contou com a participação de alguns países e grandes empresas do setor de energia, aumentando as expectativas quanto ao futuro da Guiana, principalmente no que tange ao setor de óleo e gás [4]. Personalidades políticas, como o primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, fizeram declarações a respeito da importância do evento e do desenvolvimento de um setor energético sustentável [3]. O ex-presidente da Colômbia, Iván Duque, foi enfático ao declarar que cada dólar investido na Guiana é “mais verde” do que qualquer investimento no restante do hemisfério [5], em referência à estratégia de Desenvolvimento de Baixo Carbono (*Low-Carbon Development Strategy – LCDS*) elaborada pela Guiana [6].

O evento evidenciou que a abundância de petróleo no país vem transformando a Guiana em um dos países com as maiores taxas de crescimento do planeta e lhe dando maior atenção internacional [7]. A aparente contradição entre exploração petrolífera e discurso sustentável tenta ser atenuada, pelo governo guianense, por meio do mercado de créditos de carbono, tendo como foco a Amazônia e o desmatamento zero. No mês de fevereiro, o país anunciou os primeiros créditos de carbono que poderão ser usados pela Organização Internacional de Aviação Civil das Nações Unidas (CORSIA), com um preço base de US\$ 20,00 [8].

Também em fevereiro, ocorreu a 46ª cúpula da Comunidade do Caribe (CARICOM), realizada entre os dias 25 e 28, em Georgetown, e presidida por Irfaan Ali. No dia de encerramento, ocorreu uma reunião trilateral entre Ali, Chandrikapersad Santokhi, presidente do Suriname, e Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do Brasil, que foi convidado para a cúpula [9]. O teor das discussões envolveu a importância de se aprofundar a integração da Amazônia e da América do Sul (tanto de forma física como digital), a cooperação energética e o combate às atividades ilegais transfronteiriças. Irfaan Ali e Lula também se encontraram no dia seguinte ao fim da cúpula para discutir a manutenção da paz no continente, a segurança alimentar, a importância da exploração responsável do meio ambiente e a integração infraestrutural [10].

A estabilidade na região de Essequibo é fundamental para o alcance de todas as ambições mencionadas, e o governo brasileiro vem cumprindo um papel importante no que tange a diplomacia necessária para isso. Guiana e Venezuela, apesar de não mudarem seus posicionamentos sobre a soberania de Essequibo, não abdicaram da diplomacia, o que é exemplificado pelo credenciamento, em 21 de fevereiro, de Richard Van West-

Charles como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Guiana na Venezuela [11].

Referências

- [1] Disponível em: <https://press.un.org/en/2024/20240201sc.doc.htm>
- [2] Disponível em: <https://press.un.org/en/2024/sc15589.doc.htm>
- [3] Disponível em: <https://guyanaenergy.gy>
- [4] Disponível em: <https://guyanachronicle.com/2024/02/20/pm-modi-emphasises-importance-of-guyana-energy-conference-supply-chain-expo/>
- [5] Disponível em: <https://guyanachronicle.com/2024/02/20/this-is-the-time-to-invest-in-guyana/>
- [6] Disponível em: <https://lcds.gov.gy>
- [7] Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cy0dzt8nn8do>
- [8] Disponível em: <https://lcds.gov.gy/guyana-announces-worlds-first-carbon-credits-for-use-in-un-airline-compliance-programme-corsia>
- [9] Disponível em: <https://www.reuters.com/markets/commodities/brazil-guyana-suriname-eye-more-cooperation-oil-gas-2024-02-29/>
- [10] Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/em-visita-a-guiana-lula-diz-que-o-brasil-nao-quer-contencioso-com-nenhum-pais-do-mundo/>
- [11] Disponível em: <https://www.minfor.gov.gy/newsroom/he-dr-richard-van-west-charles-formally-accredited-ambassador-extraordinary-and>

Peru

Por Kethlyn Winter e Jefferson Nascimento

No dia 1º de fevereiro, a Sociedade Nacional de Indústrias (SNI) do Peru organizou o fórum *Ucayali: región geoestratégica*, que teve como objetivo, entre outros, discutir as potencialidades da Amazônia e do departamento de Ucayali para a construção de uma economia mais sustentável. O encontro teve a participação do embaixador peruano Carlos Vásquez, que ocupa a presidência das Reuniões de Altos Funcionários da APEC (Cooperação Econômica da Ásia do Pacífico, bloco econômico que reúne Estados Unidos, China e países da América Latina, da Ásia e da Oceania). O debate foi organizado tendo em vista reuniões ministeriais no âmbito da APEC, em 2024, que discutirão a agenda “APEC 2040”, que visa à inclusão e à sustentabilidade nas sociedades e economias dos países-membros [1].

Além disso, em 12 de fevereiro, o governo da cidade de Iquitos, no departamento de Loreto, também na Amazônia peruana, assumiu um papel proeminente nas

comemorações do 482º aniversário do descobrimento do Rio Amazonas por europeus. Por meio da participação em diversos eventos, a Secretária de Relações Exteriores de Iquitos, Mercedes Gil, destacou a importância do Rio Amazonas como símbolo turístico, motor do desenvolvimento socioeconômico da região e aliado crucial na luta contra as mudanças climáticas. Em uma conversa sobre a tríplice fronteira com Brasil e Colômbia, Gil defendeu o avanço de uma política de desenvolvimento fronteiriço, projetos binacionais e comitês de integração [2] [3].

Contudo, embora o governo peruano propague um discurso de sustentabilidade, o desmatamento ilegal na Amazônia peruana persiste como um problema grave. Um relatório da Agência de Investigação Ambiental (EIA), organização civil internacional com sede no Reino Unido e escritórios em diversos países, expôs preocupações em relação à nova Lei Florestal, aprovada em janeiro de 2024, que absolve crimes ambientais passados e coloca em risco acordos comerciais internacionais. A Lei contradiz as diretrizes europeias que proíbem a importação de produtos de áreas desmatadas, mesmo que legalmente, após dezembro de 2020. Além disso, viola o Acordo Comercial entre Estados Unidos e Peru, priorizando o comércio em detrimento da proteção ambiental.

Nas últimas duas décadas, segundo o relatório da EIA, 2.774.563 hectares da Amazônia peruana foram desmatados, grande parte nos departamentos de Loreto e Ucayali, principalmente de forma ilegal. A EIA denuncia empresas de óleo de palma e cacau como responsáveis por grande parte do desmatamento, muitas vezes operando sem punição. O relatório identifica, nominalmente, 10 empresas que desmatam sem autorização e violam os direitos das comunidades locais. A EIA aponta a necessidade urgente de medidas para conter o desmatamento e proteger a Amazônia, responsabilizando empresas e corrigindo deficiências no sistema legal e institucional. A organização também pede a revogação da Lei Florestal e a responsabilização das empresas que cometeram crimes, apelando para que União Europeia, Noruega, Alemanha e Estados Unidos cooperem neste sentido [4].

Referências

[1] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/902742-apec-2024-cancilleria-participa-en-foro-ucayali-region-geoestrategica-que-destaca-las-oportunidades-de-la-amazonia-para-las-pymes>

[2] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/905884-cancilleria-iquitos-destaca-la-importancia-del-rio-amazonas-en-su-aniversario-482>

[3] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/907319-cancilleria-iquitos-lidera-debate-sobre-desarrollo-e-integracion-fronteriza-en-aniversario-del-rio-amazonas>

[4] Disponível em: <https://larepublica.pe/sociedad/2024/02/07/ley-forestal-legaliza-deforestacion-y-fomenta-mas-destruccion-advierte-agencia-internacional-356568>

Suriname

Por Guilherme Fritz

Conforme já mencionado neste monitor, no final do mês de fevereiro, foi realizada a 46ª Cúpula da Comunidade do Caribe (CARICOM), em Georgetown, capital da Guiana. O encontro tratou de reforçar a integração caribenha, o desenvolvimento regional e também os desafios respectivos às mudanças climáticas. Para além das conversas com países vizinhos, representantes do Suriname tiveram reuniões bilaterais com países convidados, como Japão, Emirados Árabes Unidos e Singapura, a fim de reforçar parcerias que envolvem fornecimento de alimentos e petróleo em troca de investimentos em infraestrutura, por exemplo [1]. Além disso, no último dia da cúpula, 28 de fevereiro, ocorreu uma reunião trilateral entre o presidente surinamês Chandrikapersad Santokhi com seus homólogos Irfaan Ali, da Guiana, e Luiz Inácio Lula da Silva, do Brasil. O teor das discussões envolveu a importância de se aprofundar a integração da Amazônia e da América do Sul - tanto de forma física como digital, a cooperação energética e o combate às atividades ilegais transfronteiriças [2].

Apesar da descoberta recente de grandes reservas de petróleo no Suriname expandirem seu papel na área de cooperação energética, a principal atividade econômica exportadora do país segue sendo a mineração de ouro. Segundo o Observatório de Complexidade Econômica (*Observatory of Economic Complexity – OEA*), a exportação de ouro conforma mais da metade das suas exportações [3]. Este tipo de atividade gera danos significativos ao meio ambiente, já que implica, necessariamente, em desmatamento e, frequentemente, utilização de produtos nocivos à saúde para que haja a separação do ouro de outros minerais. O uso de mercúrio de forma indiscriminada é muito comum, no Suriname, em minas com baixa complexidade tecnológica. Muitas atividades nesse setor foram e são realizadas por mineradoras chinesas, e o grande número de minas abertas deixa uma grande quantidade de “sítios tóxicos”, responsáveis pela degradação do espaço e acidentes nos últimos anos. A contradição entre a preservação ambiental e o desenvolvimento econômico é notável no país, pois a mineração ancora as expectativas

financeiras e econômicas do Estado e tem grande importância na configuração da economia do país [4].

Referências

[1] Disponível em: <https://gov.sr/suriname-voert-bilaterale-gesprekken-in-guyana-2/>

[2] Disponível em: <https://gov.sr/gezamenlijke-verklaring-van-de-presidenten-van-de-cooperatieve-republiek-guyana-de-federatieve-republiek-brazilie-en-de-republiek-suriname/>

[3] Disponível em:

<https://oec.world/en/profile/country/sur?latestDataNonSubnationalMonthSelector=202401&latestTrendsFlowSelectorNonSubnat=flow0#historical-data>

[4] Disponível em: <https://www.dbsuriname.com/2024/02/08/china-er-zijn-steeds-meer-lekkages-bij-chinese-tailing-ponds-van-mijnbouwbedrijven/>

Venezuela

Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun

O mês de fevereiro foi marcado, na Amazônia venezuelana, por uma tragédia no estado de Bolívar. Em 20 de fevereiro, ocorreu um deslizamento de terra na mina Bulla Loca, localizada na cidade de La Paragua, acarretando a morte de venezuelanos e deixando diversos feridos. No dia seguinte ao deslizamento, o prefeito da cidade, Yorgi Arciniega, do partido Acción Democrática, afirmou que já se contabilizavam 70 pessoas soterradas [1].

A força-tarefa montada para as ações de busca e salvamento contou com a liderança do vice-ministro de Gestão de Riscos e Proteção Civil da Venezuela, Carlos Pérez Ampueda, sob instrução do ministro das Relações Exteriores, Justiça e Paz, Remigio Ceballos. Funcionários do Serviço Nacional de Gestão de Riscos e Emergências montaram tendas para triagem e atendimento pré-hospitalar de vítimas, e enviaram ambulâncias para atendimento e transferência de feridos [2].

Em entrevista à imprensa, especialistas da ONG SOS Orinoco afirmaram que o ocorrido se tratou de um ecocídio, ocasionado pela proliferação das práticas de mineração ilegal, comuns na região em questão. Para a ONG, o responsável pelo acontecimento foi o Estado venezuelano, que impulsiona um modelo extrativista, ecocida e criminoso, que prejudica a preservação ambiental da Amazônia. A organização também denuncia que as

operações militares no estado aumentaram práticas ilegais naquele território. No caso da mina Bulla Loca, houve um crescimento de 80 hectares em 10 meses [3].

Por sua vez, Eumelis Moya, coordenadora do Centro de Direitos Humanos da Universidade Católica Andrés Bello (UCAB), explicou que a zona é explorada por meio de “processos artesanais que aumentam as probabilidades de deslizamentos de terra e inundações”. Ademais, a mineração provoca o envenenamento da água dos rios próximos com cianeto e mercúrio, o que afeta não apenas a população indígena que reside nas proximidades, como também as cidades por onde os rios passam [4].

No que se refere às ações tomadas pelo governo central a respeito da tragédia, Nicolás Maduro, presidente venezuelano, ordenou uma investigação para “liberar” zonas com práticas de mineração ilegal no estado de Bolívar, assim como a montagem de um plano de reflorestação [5].

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.eluniversal.com/sucesos/175447/derrumbe-de-una-mina-de-oro-en-el-estado-bolivar-deja-al-menos-30-muertos-y-100-personas-sepultadas>
- [2] Disponível em: <https://www.eluniversal.com/venezuela/175473/gobierno-nacional-mantiene-operaciones-de-busqueda-y-rescate-por-colapso-de-la-mina-bulla-loca-en>
- [3] Disponível em: <https://www.elnacional.com/venezuela/sos-orinoco-denuncia-expansion-acelerada-de-la-mina-ilegal-que-colapso-en-bolivar/>
- [4] Disponível em: <https://www.elnacional.com/venezuela/el-colapso-de-mina-bulla-loca-en-bolivar-en-tres-claves/>
- [5] Disponível em: <https://efectococuyo.com/politica/maduro-ordena-investigacion-y-accion-para-liberar-zonas-afectadas-por-mineria-ilegal-en-bolivar/>

OTCA

Por Beatriz Bandeira de Mello

No dia 1º de fevereiro, Alexandra Moreira encerrou seu mandato como Secretária-Geral da OTCA. Durante cerimônia realizada no Itamaraty, comandada pela embaixadora Gisela Padovan, Alexandra recebeu, do Brasil, a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul [1]. No mesmo dia, conforme mencionado anteriormente neste monitor, foram empossadas as duas novas diretoras da organização: a ex-senadora brasileira, Vanessa Grazziotin, e a especialista em projetos de desenvolvimento, Edith Paredes, do Equador [2].

Aprovadas por unanimidade, Grazziotin e Paredes assumiram, respectivamente, os cargos de Diretora Executiva e Diretora Administrativa da OTCA. Em discursos, enfatizaram que, durante a gestão, trabalharão para fomentar o desenvolvimento sustentável da região amazônica. A escolha de um novo Secretário-Geral, por outro lado, foi paralisada após o Peru apresentar desacordo com o nome indicado pela Colômbia. O fato ocorre após o presidente colombiano Gustavo Petro fazer declarações de apoio ao ex-presidente peruano Pedro Castillo, em desafio à legitimidade da atual presidente do Peru, Dina Boluarte [3]. O governo colombiano chegou a emitir uma nota informando que suspenderia sua participação nas reuniões da OTCA enquanto a questão não fosse resolvida. Ao longo de fevereiro, não houve consenso em torno do nome que irá ocupar o cargo.

No mesmo dia, foi anunciado o início do projeto “Fortalecimento da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica”, financiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) [4]. O objetivo do projeto é consolidar o Observatório Regional Amazônico (ORA) entre os países-membro da organização e aumentar sua institucionalidade por meio do incentivo à modernização de sistemas e geração de informações atualizadas e de qualidade. O orçamento disponibilizado para a implementação das ações - que incluem a criação de um Painel Técnico-Científico Intergovernamental da Amazônia, de um Plano Regional de Diversidade Biológica da OTCA e do desenvolvimento de uma Estratégia de Gestão de Risco de Desastres na Amazônia contra o Fenômeno *El Niño* - chega a US\$ 3 milhões, distribuídos em um período de três anos (2024-2026).

No dia 6 de fevereiro, o Embaixador do Canadá no Brasil, Emmanuel Kamarianakis, visitou a sede da OTCA, em Brasília, para discutir possíveis áreas de colaboração entre o país e a organização, com foco em sustentabilidade e no desenvolvimento da região amazônica, priorizando a conservação ambiental e o fortalecimento das comunidades locais [5].

No dia 19 de fevereiro, representantes da União Nacional dos Estudantes (UNE) do Brasil se encontraram com a Diretora Executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin, com o intuito de discutir iniciativas voltadas para a educação e a pesquisa na região amazônica [6]. Os líderes estudantis destacaram a realização do II Encontro de Estudantes da Amazônia, promovido pela Universidade Federal do Pará (UFPA), em Belém, que fomentou a troca de conhecimento entre estudantes da região, além de mencionar a proposta de criação da Universidade Amazônica, que visa a impulsionar a produção de

conhecimento científico local. A ideia coincide com o processo de reativação da Associação de Universidades Amazônicas (UNAMAZ) e com as Resoluções nº 26 e nº 16 da OTCA, que propõem a cooperação entre instituições de ensino superior e a criação de um Painel Científico, capazes de promover pesquisas e embasar políticas de conservação e desenvolvimento sustentável na Amazônia.

No dia 20 de fevereiro, a OTCA foi convidada para participar da primeira reunião ministerial do G20, que aconteceu entre os dias 21 e 22, no Rio de Janeiro [7]. O tema principal da reunião foi a reforma da governança global com ênfase nos temas da fome, pobreza e desenvolvimento sustentável. Segundo as diretoras Vanessa Grazziotin e Edith Paredes, a contribuição da OTCA se justifica pela importância da Amazônia para a regulação do clima global e da conservação da biodiversidade, além da manutenção dos serviços ecossistêmicos essenciais. No mais, são fundamentais a cooperação internacional e os investimentos direcionados para o cumprimento dos compromissos firmados na Declaração de Belém, emitida na última cúpula presidencial da OTCA, em 2023. Durante os encontros do G20, espera-se que a OTCA apresente resultados dos projetos em andamento e sinalize estratégias que conciliem crescimento econômico e preservação ambiental.

Nos dias 27 e 28 de fevereiro, atores vinculados à área de recursos hídricos se reuniram em Brasília para identificar ações prioritárias de implementação do Programa de Ações Estratégicas (PAE) da Amazônia [8]. O evento, organizado pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e pela OTCA, contou com a participação da ministra do Meio Ambiente do Brasil, Marina Silva, o ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, e a Diretora-Presidente da ANA, Ana Carolina Argolo, além da Diretora Executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin. A reunião, que faz parte do ciclo de oficinas de implementação do PAE, que acontecem desde agosto de 2023, visa a obter insumos para a construção da gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos transfronteiriços da Bacia do Rio Amazonas e conta com apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF).

No dia 23 de fevereiro, a Diretora Executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin, participou do II Encontro Regional sobre Estratégias para Enfrentamento aos Ilícitos Ambientais na Amazônia, organizado pelo Instituto Igarapé e pela Polícia Federal em Brasília [9]. Dialogando com a Comissão Especial de Segurança Pública e Ilícitos Transfronteiriços na Região Amazônica da OTCA, inscrita na Resolução 9 da Declaração

de Belém, o encontro reuniu representantes da INTERPOL, GAFILAT, Rede Jaguar, El Programa PacCto 2.0 da EU-LAC, UNODC Brasil e Embaixada do Reino Unido. Além de discutir a ampliação dos recursos financeiros e humanos, as autoridades presentes propuseram medidas para a consolidação da área, como a análise comparativa da legislação dos diferentes países envolvidos e a necessidade de criar um grupo de trabalho permanente na comissão.

Encerrando o mês de fevereiro, no dia 27, foi inaugurada, na sede da OTCA em Brasília, a Oficina Nacional do Programa de Ações Estratégicas (PAE) na Bacia Amazônica [10]. Além da Diretora Executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin, participaram da atividade o Ministro Waldez Góes, do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, a Secretária Executiva Adjunta do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, Anna Flávia de Senna Franco, e a Diretora-Presidente em exercício da ANA, Ana Carolina Argolo. Todos os representantes brasileiros destacaram a importância da cooperação regional para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, especialmente a gestão integrada dos recursos hídricos da região. A Secretária Anna Flávia de Senna, destacou ainda a importância da água na conquista da justiça climática e do bem-estar na Amazônia, enfatizando a centralidade do PAE. Há também, na oficina, a preocupação de garantir a capacitação em programas e políticas com perspectiva de equidade de gênero.

Por fim, no dia 28 de fevereiro, foi noticiado um encontro entre representantes do Núcleo de Estudos Amazônicos (NEAz) da Universidade de Brasília (UnB) e as diretoras da OTCA, Vanessa Grazziotin e Edith Paredes [11]. O tema principal da reunião foi a retomada das discussões sobre o memorando de entendimento entre a OTCA e a UnB, com a finalidade de promover a cooperação e o intercâmbio acadêmico, científico e cultural entre ambas as instituições.

Referências

[1] Disponível em: <https://otca.org/pt/alexandra-moreira-e-homenageada-com-a-gra-cruz-da-ordem-nacional-do-cruzeiro-do-sul-ao-encerrar-mandato-na-otca/>

[2] Disponível em: <https://otca.org/pt/novas-diretoras-da-otca-assumem-o-compromisso-com-a-amazonia/>

[3] Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/02/01/crise-entre-peru-e-colombia-paralisa-organizacao-regional-sobre-amazonia-e-preocupa-governo-lula.ghtml>

- [4] Disponível em: <https://otca.org/pt/a-otca-inicia-projeto-para-posicionar-o-observatorio-regional-da-amazonia-como-um-instrumento-fundamental-para-o-desenvolvimento-sustentavel/>
- [5] Disponível em: <https://otca.org/pt/embaixador-do-canada-visita-a-otca-para-discutir-cooperacao-na-regiao-amazonica/>
- [6] Disponível em: <https://otca.org/pt/une-e-otca-unem-esforcos-para-impulsionar-a-educacao-e-pesquisa-na-amazonia/>
- [7] Disponível em: <https://otca.org/pt/otca-participa-como-convidada-da-primeira-reuniao-ministerial-do-g20/>
- [8] Disponível em: <https://otca.org/pt/brasil-realiza-nos-dias-27-e-28-a-oficina-nacional-de-implementacao-do-pae-para-a-gestao-integrada-das-aguas-na-bacia-amazonica/>
- [9] Disponível em: <https://otca.org/pt/diretora-executiva-da-otca-participa-do-ii-encontro-regional-sobre-estrategias-para-enfrentar-os-crimes-ambientais-na-amazonia/>
- [10] Disponível em: <https://otca.org/pt/a-otca-e-a-agencia-nacional-de-aguas-e-saneamento-basico-ana-abrem-em-brasilia-a-oficina-nacional-do-programa-de-acoes-estrategicas-na-bacia-amazonica/>
- [11] Disponível em: <https://otca.org/pt/neaz-unb-e-otca-retomam-dialogo-academica/>